

FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO ENTRE HISTÓRIA E GEOGRAFIA*

*Jozimar Paes De Almeida***

RESUMO:

Este artigo é resultado de um debate que versou sobre o tema “Fronteiras da História e Geografia”, e minha contribuição teve como objetivo apresentar os aspectos fundadores do conhecimento histórico, com destaque para abordagem interdisciplinar no tocante a geografia.

UNITERMOS:

História, interdisciplinariedade; teoria; conhecimento.

“O único pensamento que sobrevive é
aquele que se mantém na temperatura
de sua própria destruição.”

Dostoievski

Apostando na transdisciplinariedade

Minha contribuição neste artigo é um leve esboço de pinceladas num quadro do conhecimento geo-histórico, sem o intuito de realizar uma análise aprofundada e exaustiva, objetivo levantar indagações e insuflar debates, para que possamos coletivamente prospectar novos territórios a desvendar.

* Texto apresentado em mesa-redonda interdepartamental dos departamentos de História e Geografia, em out/1993. Originalmente publicado em *História & Ensino*, v. 1, p. 7-15, 1995.

** Professor do Departamento de História – UEL – Campus Universitário, Londrina-PR. 86051-990.

Acredito que esta perspectiva tenha toda possibilidade de se concretizar, e que se expanda por outros campos do conhecimento: filosofia, antropologia, sociologia, economia, psicologia. Enfim, criando uma massa crítica de reflexão pelos pesquisadores na UEL, para que possamos manter nossos conhecimentos constantemente reelaborados e intervir na sociedade atual.

No entanto, uma preocupação se faz presente no dias de hoje, sabemos que a sociedade capitalista privilegia algumas áreas do saber técnico, em detrimento das áreas que potencialmente poderiam postular um pensar e agir crítico.

Este privilegiamento é visível, frente a distribuição das poucas verbas existentes para equipamentos e para pesquisa, deixando a míngua as ciências humanas. Tal enfrentamento se faz presente, precisamos denunciá-lo e transformá-lo.

A temporalidade abordada nesta reflexão se instala na sociedade contemporânea, com a emergência mundial da crise dos paradigmas, terreno pantanoso, de arriscada travessia, já que as contribuições neste campo estão em constante ebulição e inesperada criação.

A produção do conhecimento científico enquanto sistema racional submetido a leis determinadas, comparando evolução natural a um processo linear, forjou-se em um processo histórico.

A famigerada racionalidade que aflige a sociedade contemporânea, impondo supostos preceitos universais e inquestionáveis, os quais fundam, enquanto instrumentos conceituais, a ciência moderna, é fruto de um processo histórico.

Localizando-a em uma rápida passagem no tempo e no espaço, nota-se que ela emergia na Europa nos movimentos sociais de destruição do Antigo Regime. A **razão**, elemento deste processo, combatia uma sociedade caracterizada pelo poder político na forma de monarquia absolutista, uma organização

social em estamentos e relações comerciais mercantilistas, embasadas no sistema colonial moderno.

Este movimento colaborava na formação de uma outra sociedade, caracterizada por classes sociais, constituída sob o signo da propriedade privada e da mão de obra expropriada de seus meios de subsistência, por isso livre e dominada pela burguesia. O capitalismo e com esse processo, o seu modo de produção tornou-se hegemônico em nível mundial. Os primórdios de construção da ciência moderna começavam a se esboçar no século XVI com a Renascença, neste momento o homem passava a tomar o seu lugar no mundo e a ocupar um espaço bem no seu centro.

No século XVII com o cartesianismo, postula-se que ao conhecer-se a força e a ação dos elementos que nos cercam, “poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e assim tornar-nos como que senhores e possuidores da natureza”.(DESCARTES, 1973, p. 71).

Com o Iluminismo no século XVIII, aprofundou-se e estabeleceu-se de vez o domínio de uma razão instrumental, definindo predominantemente a atuação da ciência.

Não estamos mais no momento das determinabilidades científicas (NEWTON, MARX, DESCARTES), a imprevisibilidade (NIELS BOHR, HEISENBERG, CAPRA, CASTORIADIS, EDGAR MORIN) é matéria intrínseca do conhecimento científico e sob este signo nós estamos inseridos.

As transformações próprias do mundo contemporâneo: a telemática e as influências da mídia, as transnacionais e as estratégias de fluxos de capitais, as megalópoles, a desterritorialização da identidade, a bio-indústria, a tecno-estrutura centralizando poderes políticos, significam para um pesquisador atento, uma explosão das fronteiras antes fixadas nos paradigmas do conhecimento histórico-geográfico.

A chamada *aceleração histórica* deve ser analisada com as categorias históricas de sua época, representada pelos símbolos de sua alteridade histórica constituída, por isso tem sua importância inserida no campo do conhecimento.

Fechar os olhos a estas transformações, não implica unicamente em uma ignorância sobre nossa própria época, mas significa perpetrar o domínio atualmente existente, e a responsabilidade aumenta para os profissionais da área das ciências humanas, que deveriam ter um papel crítico neste processo, evitando o surgimento de um cemitério de vivos, avessos a críticas, encastelados em suas torres de marfim, indisponíveis para o debate.

A história, ao meu ver, deve ser tratada como um projeto social de elucidação do mundo, compreender para transformar, estabelecendo unidade entre teoria e prática, que se encontra no presente vivo da história, e o ultrapassando em direção de um porvir que deve ser feito por nós. Como diz Castoriadis: “*Não existimos para dizer o que é, mas para fazer ser o que não é*”. (CASTORIADIS,1982)

Continuando apoiando-me neste autor, apresento algumas de suas considerações sobre o conhecimento histórico, em sua obra *A instituição imaginária da sociedade*. Nossa compreensão das formas passadas, só adquire sentido, como momento do projeto de elucidação de nossa existência, inseparável do nosso fazer atual.

Todo pensamento e qualquer que seja o seu objeto é apenas um modo de fazer social-histórico. Quando se reconhece tal característica fundadora pode-se elucidá-lo.

Um campo do conhecimento não pode ser compreendido independente da prática histórica social à qual ele está inserido. As categorias pelas quais pensamos e agimos na sociedade são criações históricas.

Não existe lugar e ponto de vista exterior a história e à sociedade, ou logicamente anterior a estas onde pudéssemos manipulá-las a nosso bel prazer. Não existe na natureza, na vida, na história substâncias separadas e fixas agindo umas sobre as outras do exterior.

História é *poiésis*, criação e gênese ontológica no e pelo fazer e o representar dos homens, que se instituem historicamente como fazer pensante ou pensamento se fazendo. O discurso sobre a história está incluído na história. (CASTORIADIS, 1982).

Com estas considerações pode-se compreender melhor a problemática envolvida no desvendamento do conhecimento histórico, aproveitamo-nos deste momento para esboçar reflexões que possam contribuir para a elucidado desta.

Sempre se apresentou para a humanidade o desafio de entender a sua própria natureza, como ela se constitui enquanto essência, bem como as suas ações em relação endógena e com o mundo para além de seu próprio umbigo. O homem cultural e histórico é a vida que se tornou existência, isto ocorreu quando a vida se soube vivendo e pensando pôde expressar elaborações mentais sobre si mesma e o ambiente. Ao saber que sabia, soube que podia saber mais. O afã dessa possibilidade aberta contamina o próprio processo de conhecimento.

O homem não está apenas no mundo, está com o mundo, mudando-o constantemente e sendo por ele mudado. Para o homem enquanto ser social, o mundo só pode existir a partir de sua própria existência, o que leva a magníficas exacerbações sobre sua importância no cosmos.

As categorias, bem como os signos lingüísticos que usamos para nos comunicar ou efetuar cálculos, são criações históricas que estão vinculados carnalmente a existência humana.

Estas produções são diferentes em decorrência das várias culturas que as produziram, e pela época em que foram geradas.

Isto significa dizer que esquimós, aborígenes da Austrália, camponeses medievais, egípcios do tempo de Cleópatra e executivos de Manhattan compreendem diversamente o mundo através destes signos.

Ser historiador, ou realizar um trabalho histórico, significa debruçar-se demoradamente e atentamente sobre os menores indícios que representam a identidade de uma sociedade, com certeza, aí reside o rigor de um historiador, elemento que o cobra e o torna cuidadoso neste reconstruir da história.

Enfim, existe uma leitura hegemônica do mundo dentro de cada cultura, que não é una, devido às relações sociais de sua própria formação histórica.

Um meio pelo qual se compreende os eventos está marcado, pelo modo de como estes são criados e moldados por seus produtores e escritores. As ações construídas pelos homens entre si e com o ambiente expressam a História. Desta forma, as reflexões contidas sobre este processo estão no seu interior, sendo portanto históricas.

Na GEA – concepção grega da terra, o homem imprime (grafia) suas atividades. Em outras palavras, os homens produzem a sua História imprimindo na natureza a sua marca: diques, estradas, ferramentas, casas; assim como em uma atividade dinâmica e reflexiva, elabora conhecimento sobre esta produção.

Este conhecimento criado pode transmitir através da escrita, reflexões sobre estas impressões, permitindo compreender estes eventos e seus autores, pela forma ou pelo papel que lhes foi inscrito neste processo.

Assim, entendo que a geografia e a história estão profundamente imbricadas, constituindo um vasto e fértil campo do conhecimento, que em determinados momentos não podemos distinguir os seus espaços de atuação, enquanto que quando se trata claramente da geografia física ocorre um distanciamento maior.

Para o historiador não é atualmente campo privilegiado, realizar por exemplo: análise de solos ou estudar o clima, no entanto tais estudos podem se constituir em referenciais para que possa refletir sobre a sociedade.

Assim como, as expressões artísticas: pintura, música, literatura, escultura, cinema, não são no momento tão valorizadas pelo geógrafo, mas, também podem fazer parte de seus estudos.

Uma polêmica que se faz presente nos dias de hoje, diz respeito a explosão das fronteiras do conhecimento histórico-geográfico, seus objetos e métodos. Não me preocupa aqui adotar uma posição cartesiana ou cartorial, fixar limites dos campos de atuação e atirar nos transgressores. Como historiador devo refletir no mínimo, sobre o momento em que vivo, o qual me expõe claramente que os pensadores reconhecidos da atualidade, como diria Edgar Morin, são contrabandistas do conhecimento.

Então o dilema continua de pé, como desatar este nó górdio? Fundimos os cursos de geografia com história? Um historiador como Collingwood nos diria:

[...] ninguém poderá compreender a ciência natural a não ser que compreenda a história e poderá responder a interrogação sobre aquilo que a natureza é a não ser que saiba aquilo que é história. [19--], p. 256)

Abordar as transformações do mundo atual é um território de aberto, mas e o instrumental – métodos/técnicas para realizá-lo, já que eles são frutos indissociados do processo?

Existem instrumentos específicos em cada campo, mas será que eles são excludentes, isto é, nenhum outro estudioso pode utilizá-los, ou devemos pelo menos compreendê-los melhor, para manejá-los com habilidade? Reelaboramos uma ciência humana não dissociada brutalmente por muros entre suas várias especificidades?

Como abordar com profundidade e horizontalidade, procurando realizar uma síntese sem perder um rigor que possa diferenciar o conhecimento sistematizado do conhecimento “mágico”? Ou será que no processo do desenvolvimento da ciência tudo é válido?

Podemos determinar os territórios pelos odores, sons; inclusive ao respeitar a etno-cultura, entender por quê as montanhas sonham e os rios murmuram lamentos de antigas batalhas, sem serem simplesmente representações de relevo.

Com certeza não nos reunimos aqui para nos auto-classificarmos como juízes e atuarmos como Salomão, pedindo para cortar a criança ao meio, mas sim, para podermos refletir dos perigos deste intrincado problema e que possamos evitar transpor o abismo sem medirmos os riscos.

Devemos tomar cuidado também, para não nos comportamos como crianças enciumadas, que esperneiam quando alguém mais brinca com o que entendemos como o nosso brinquedo e a nossa brincadeira.

Primeiro, porque não existe propriedade particular desses fatores no campo da ciência. Segundo, a habilidade do jogo só se consegue jogando e “*last but not least*”, somente se consegue reconhecimento na exposição pública enfrentando o debate.

Evidente que para se realizar um trabalho seja na área da história, seja na área da geografia, necessita-se um conteúdo de conhecimento formativo, que dê ao interessado condições para poder pesquisar, pois senão corremos o risco de enunciarmos asneiras vulgares, comprometendo o próprio conhecimento ao qual pretendemos elucidar.

Por exemplo, via de regra encontra-se em trabalhos históricos/geográficos a utilização sem nenhum critério da categoria histórica “classe social”, gerada em um determinado momento histórico, portanto o representando. Esta sua utilização

indiscriminada apresenta sérios problemas, para o iniciado que não percebe as diferenças da alteridade histórica que o constitui.

Procurarei apresentar alguns dos chamados elementos principais de análise do historiador, como o seu objeto e método. Entendo que a criação histórica social que o *faz/fazendo*, não pode ser dissociada estaticamente, pois seu método é criado na própria gestação histórica que o analisa enquanto objeto, e é isso que dá a característica de conhecimento histórico, pois só uma criação realizada por homens carnalmente existentes e historicamente determinados, pode ser histórica. A história é sempre história para nós.

Vejamos por exemplo como nos diz Castoriadis:

Quando falamos da história, quem fala? É alguém de uma época, de uma sociedade, de uma classe determinada – em suma, é um ser histórico. Ora, exatamente isso que fundamenta a possibilidade de um conhecimento histórico (posto que somente um ser histórico pode ser uma experiência histórica e disso falar), é o que impede que este conhecimento possa um dia adquirir o estatuto de um saber totalizado e transparente – já que é, em si mesmo, em sua essência, um fenômeno histórico que exige ser captado e interpretado como tal. O discurso sobre a história está incluído na história.

e ainda...

Do mesmo modo que somente seres naturais também naturais – podem colocar o problema de uma ciência da natureza, pois somente os seres carnis podem ter uma experiência da natureza, somente os seres históricos podem colocar o problema do conhecimento da história, pois só eles podem ter a história como objeto de experiência. (CASTORIADIS, 1982, p. 46-47)

Portanto um dos elementos fundadores da análise do historiador está na elucidação do social histórico, constituidor

da sociedade humana, através de suas instituições imaginárias e vinculando a produção humana em que o homem se constituiu enquanto tal.

Esta produção é uma atividade que orienta uma aplicação de energia determinada na natureza, através de um processo dialético gerado pelo trabalho, dando forma tanto à matéria natural exterior ao seu corpo, como também transformando-se corporal e mentalmente num processo dinâmico e reflexivo.

O trabalho humano, atividade orientada e transformadora da matéria natural, faz com que a natureza adquira uma forma específica, segundo as intenções de seu criador tendo uma utilidade de acordo com os valores sociais e durabilidade concernentes à sua própria constituição material e forma de utilização.

Como crianças brincando de construir castelos de areia na praia, delineamos as formas imaginárias na matéria natural. A cada sopro de vento e deslocamento dos microscópios grãos de areia, o castelo se modifica, transformando reciprocamente a imaginação, num ciclo intermitente de reestruturação do pensamento e da forma.

Com os sentidos voltados a desvendar a escuridão do inesperado, sorrisos estampam as faces destas crianças, água, sal e barro, moldados pelo sopro da vida, moldando-se em suas histórias de vida, lúbrico brincar e gostoso especular.

Ao enformar a matéria natural, a produção imprime nela uma dominação social, estabelecendo um traçado no território, controlando fluxos de energia, selecionando espécies animais e vegetais, construindo ambientes regidos por normas sociais. Enfim, a atividade humana estabelece uma ordenação no ambiente, segundo sua cultura e instrumental tecnológico.

O conhecimento histórico permite aos homens compreenderem os seus papéis em cena e visualizarem as

interpretações praticadas por outros atores em diferentes culturas e tempos históricos, possibilitando com essa percepção a atuação no nível da apresentação de alternativas e criação no processo de construção da sociedade.

A ciência amplia as condições de tornar-se libertadora quando é exercida na democracia e com autonomia. Estes são pressupostos fundamentais possibilitadores do surgimento de uma ciência crítica, que supera as fronteiras disciplinares e as trincheiras de especificidades que impedem uma visão horizontal dos relacionamentos contidos na frágil teia da vida. Enfim, esta luta é a tragédia do saber moderno.

O que se pretende aqui é apresentar a insolubilidade do problema da História. Não é que isto represente um valor positivo ou negativo da mesma, mas sim que é este o território da criação histórica, no qual os homens podem se entender também enquanto sujeitos e não apenas como objetos na construção de sua sociedade.

O historiador deve tentar compreender o universo dos outros povos, tal como era vivido por eles, tentando explicá-lo, abster-se de introduzir determinações que não existem para esta cultura.

Para o historiador, faz-se necessário lançar frágeis fios de sustentação sobre o monumental abismo do desconhecido, despojar-se do enorme peso da arrogante certeza e tornar-me leve para não comprometer a arriscada travessia do acaso.

Não significa um repúdio à certeza, mas entende-la como parcial, relativa, aprendendo a viver com o risco e com o inédito nas veredas da vida.

Referências

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia da Natureza*. Lisboa: Editorial Presença, [19--].

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

ABSTRACT:

This article is the result of a debate that turned on the theme “ Borders of the History and Geography “, and my contribution had the objective of presenting the founder aspects of the historical knowledge, with prominence for interdisciplinary approach concerning to geography.

KEY WORDS:

History, Inerdisciplinarity, Theory, Knowledge.